



Número: **0206365-08.2016.8.13.0481**

Classe: **[CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Patrocínio**

Última distribuição : **27/06/2016**

Valor da causa: **R\$ 100.000,00**

Processo referência: **02063650820168130481**

Assuntos: **Recuperação judicial e Falência**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
NUTRISOMA INDUSTRIA E COMERCIO DE RACOES LTDA (AUTOR)	
	BRENO RABELO DINIZ (ADVOGADO) RENATA MOQUILLAZA DA ROCHA MARTINS (ADVOGADO) GRAZIELE NUNES MENDES (ADVOGADO) BRUNNA MELAZZO FERNANDES DA SILVA (ADVOGADO) MARCELO AUGUSTO DE BARROS (ADVOGADO) RAFAEL BERTACHINI MOREIRA JACINTO (ADVOGADO) ROBERTO GOMES NOTARI (ADVOGADO) TIAGO ARANHA D ALVIA (ADVOGADO) CESAR RODRIGO NUNES (ADVOGADO) ANTONIO JOSE SCHINCARIOL (ADVOGADO) ANA CLARA XARA FARIAS (ADVOGADO) JANE MARTINS DE SOUSA (ADVOGADO) EDUARDO NEUENSCHWANDER MAGALHAES (ADVOGADO) FABIO DE ALENCAR KARAMM (ADVOGADO) EDUARDO DINIZ (ADVOGADO) CRISTIANO TRIZOLINI (ADVOGADO) GABRIEL SIQUEIRA AGUIAR (ADVOGADO) ADRIANO SOARES MARTINS (ADVOGADO) JORGE NICOLA JUNIOR (ADVOGADO) WANDERLEY ROMANO DONADEL (ADVOGADO) SERGIO EDUARDO AVILA BATISTA (ADVOGADO) RODRIGO LEONARDO ARAIUM (ADVOGADO) EDUARDO JUNQUEIRA DE OLIVEIRA MARTINS (ADVOGADO) FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA (ADVOGADO) ANA LUIZA RAMOS RIBEIRO (ADVOGADO)

Outros participantes	
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG (TERCEIRO INTERESSADO)	
	SERGIO EDUARDO AVILA BATISTA (ADVOGADO)
ILSON FERREIRA GODINHO (PERITO(A))	

TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
UNIQ FILMES AUDIOVISUAL EIRELI (TERCEIRO INTERESSADO)	
AUTOPATOS CAMINHOES E ONIBUS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)	
	ELIANA CHAVES ULHOA (ADVOGADO) CLARICE BASSANEZI KURTZ (ADVOGADO) ANA PAULA CAMPOS SABINO (ADVOGADO)
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS DA INDUSTRIA EXODUS INSTITUCIONAL (TERCEIRO INTERESSADO)	
	FABIO DE ALENCAR KARAMM (ADVOGADO)
MAG TRADING COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)	
	ARTHUR DO VALE RAMOS ARANTES REZENDE (ADVOGADO) LUIZA COLOMBAROLI AGOSTINHO INEZ (ADVOGADO) TALITA SILVIA ALVES MARTINS TELES (ADVOGADO)
VIBRA ENERGIA S.A (TERCEIRO INTERESSADO)	
	GIANPAOLO ZAMBIAZI BERTOL ROCHA (ADVOGADO)
S.R.M. ADMINISTRACAO DE RECURSOS E FINANÇAS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)	
	FABIO DE ALENCAR KARAMM (ADVOGADO) CRISTIANO TRIZOLINI (ADVOGADO)
PAULO DA COSTA BORGES (TERCEIRO INTERESSADO)	
	PAULO DA COSTA BORGES (ADVOGADO) PAULO RAPHAEL AVILA BORGES (ADVOGADO) PEDRO FELIPE AVILA BORGES (ADVOGADO)
PAULO RAPHAEL AVILA BORGES (TERCEIRO INTERESSADO)	
	PAULO RAPHAEL AVILA BORGES (ADVOGADO) PAULO DA COSTA BORGES (ADVOGADO) PEDRO FELIPE AVILA BORGES (ADVOGADO)
TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)	
	WANDERLEY ROMANO DONADEL (ADVOGADO) MARIA INEZ OLIVEIRA E SILVA (ADVOGADO)
BANCO BRADESCO S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)	
	MAURICIO LIMA COSTA (ADVOGADO) ANA PAULA REZENDE VILELA (ADVOGADO) LISABETTE DO CARMO MARTINS FERREIRA (ADVOGADO) BRUNNA MELAZZO FERNANDES DA SILVA (ADVOGADO) JEAN FELIPE DA COSTA MORAIS (ADVOGADO) CLESIO WINDSON DA CUNHA JUNIOR (ADVOGADO) PEDRO NEVES ARRUDA (ADVOGADO) LUCIANA ALVES BARBOSA PANIAGO (ADVOGADO) JOICE RODRIGUES TERCENIO (ADVOGADO)
VENANCIO FURLANETTO (TERCEIRO INTERESSADO)	
	ADRIANO SOARES MARTINS (ADVOGADO) JANE MARTINS DE SOUSA (ADVOGADO) ANTONIO JOSE SCHINCARIOL (ADVOGADO)
CARGILL AGRICOLA S A (TERCEIRO INTERESSADO)	

	ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI (ADVOGADO) JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
DANILO GOMES RABELO (TERCEIRO INTERESSADO)	
	EDUARDO DINIZ (ADVOGADO)
ADRIANA AVILA DOS REIS BORGES (TERCEIRO INTERESSADO)	
	PEDRO FELIPE AVILA BORGES (ADVOGADO) PAULO DA COSTA BORGES (ADVOGADO) PAULO RAPHAEL AVILA BORGES (ADVOGADO)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (TERCEIRO INTERESSADO)	
	IARA DA SILVA RAZUK (ADVOGADO) BRUNO RODRIGO UBALDINO ABREU (ADVOGADO) VANESSA CELINA DA ROCHA MAGALHAES (ADVOGADO) SYLVIO RICARDO LOPES FRANCELINO GONCALVES (ADVOGADO) RENATA MARIA PEREIRA FORTALEZA (ADVOGADO) ROGERIO NETTO ANDRADE (ADVOGADO)
CRED PRATICO INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES EIRELI (TERCEIRO INTERESSADO)	
	WELSON COUTINHO CAETANO (ADVOGADO)
COOPERATIVA AGRICOLA MISTA IRAI LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)	
	JANE MARTINS DE SOUSA (ADVOGADO) ADRIANO SOARES MARTINS (ADVOGADO) ANTONIO JOSE SCHINCARIOL (ADVOGADO)
LIMA & PERGHER INDUSTRIA E COMERCIO S/A (TERCEIRO INTERESSADO)	
	MARLEN PEREIRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
MAURICIO ANTONIO CARNEIRO JUNIOR (TERCEIRO INTERESSADO)	
	EDUARDO DINIZ (ADVOGADO)
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO OESTE MINEIRO LTDA - SICOOB CREDICOPA (TERCEIRO INTERESSADO)	
	HELIO HENRIQUE DE SIQUEIRA (ADVOGADO)
DANIEL SILVA JANUARIO (TERCEIRO INTERESSADO)	
	EDUARDO DINIZ (ADVOGADO)
AGROCERES MULTIMIX NUTRICAO ANIMAL LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)	
	IEDA MARIA PANDO ALVES (ADVOGADO)
ADIMAX - INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (TERCEIRO INTERESSADO)	
	GRAZIELE NUNES MENDES (ADVOGADO)
RED FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS CREDITO CORPORATIVO (TERCEIRO INTERESSADO)	
	MOHAMAD FAHAD HASSAN (ADVOGADO) REGINALDO MARTINS DE ASSIS (ADVOGADO)
REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A (TERCEIRO INTERESSADO)	
	MARCELO AUGUSTO DE BARROS (ADVOGADO) THAIS DE SOUZA FRANCA (ADVOGADO)

BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA (TERCEIRO INTERESSADO)			
		RENAN SANTOS DE AZEVEDO (ADVOGADO) EDUARDO NEUENSCHWANDER MAGALHAES (ADVOGADO) EUGENIO PACELLI DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
COPEBRÁS INDUSTRIAL LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)			
		RAFAEL BERTACHINI MOREIRA JACINTO (ADVOGADO) RENATA MOQUILLAZA DA ROCHA MARTINS (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
5494218079	31/08/2021 16:20	13 - Sentença	DECISÃO



CONCLUSÃO

Em 28.06.2016, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, **PEDRO MARCOS BEGATTI**. Eu, \_\_\_\_\_, Escrivão, subscrevi.

150

SENTENÇA:

**SEGUNDA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PATROCÍNIO-MG**  
**Processo nº 0481.1620636-5**  
**Autor: NUTRISOMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RAÇÕES LTDA**  
**Ação: RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Vistos, etc...

**I - Relatório**

**NUTRISOMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RAÇÕES LTDA.**, qualificada na inicial, ajuizou o presente pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** informando que iniciou suas atividades em 16.06.1993 visando a produção exclusiva de ração para bovinos, por ser um ramo que carecia de produtos de qualidade nutricional para o seguimento de produção de leite. Diz que em 2011 incorporou os suplementos minerais para bovinos de leite e corte. Afirma que produz ração para aves, suínos e bovinos, sendo que 90% de sua produção é voltada para a bovinocultura de leite.

Que após 20 anos de trabalho consolidou sua marca sob o nome "Vereda Nutrição Animal". Aponta que seus clientes são pequenos e médios produtores de leite, sendo-lhes oferecido todo o suporte ligado à produção. Informa que seu parque fabril está localizado nesta comarca de Patrocínio-





MG, além da concentração de seus negócios e atividades de produção, sendo este o foro competente para processar a demanda.

Expõe que em razão da crise econômica que assola o país, vislumbrou retração de suas operações negociais e diminuição da demanda, o que impactou em seus rendimentos. Que havia realizado investimentos para ampliação, os quais, em razão da recessão por que passa, geraram impacto negativo em suas finanças.

Busca a presente recuperação judicial para evitar sua insolvência e resguardar a função social que desempenha, bem como contornar o desequilíbrio financeiro.

Requer que seja determinada a suspensão das execuções ajuizadas contra si e seus coobrigados, bem como ordenado aos Cartórios de Protesto e órgãos de proteção ao crédito que suspendam a publicidade dos apontamentos existentes em nome da requerente e seus acionistas. Junta documentos (ff. 17/149).

**Relatado, decido.**

## **II - Fundamentação**

O novel instituto da recuperação judicial destina-se a viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, como prevê o artigo 47, da Lei nº 11.101/2005.





Para tanto, torna-se imprescindível que a empresa devedora demonstre, já inicialmente, a capacidade técnica e econômica de se reorganizar, com vistas ao efetivo cumprimento da faculdade que lhe é legalmente outorgada, o que se demonstra pelo imediato atendimento dos requisitos previstos pelos artigos 48 e 51 da lei em comento.

Anota-se, neste aspecto, que a sociedade empresarial autora comprova o exercício regular de suas atividades há mais de 23 anos, sem jamais ter sido declarada falida ou ter obtido a concessão de recuperação judicial, conforme certidão de f. 23, bem como não ter sido seus administradores condenados por crimes falimentares, ff. 24/25.

Observa-se, também, que os documentos trazidos pela autora, ao demonstrarem objetivamente a sua situação patrimonial, denotam, à primeira vista, ser passageiro o estado de crise econômico-financeira pelo qual atravessa e também retratam a perspectiva de que ela possa se soerguer.

Dessa forma, a sociedade autora merece ter preservado o exercício de suas atividades empresariais, a fim de que possa continuar a cumprir a função social que lhe incumbe.

### III - Dispositivo

Ante o exposto, **DEFIRO O PROCESSAMENTO** da recuperação judicial de NUTRISOMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 71.141.022/0001-10, NIRE 31.204.142.57-7, com sede na Av. Faria Pereira nº 4.152, Distrito Industrial, Patrocínio/MG, CEP 38.740-000.





Assim sendo:

1) nomeio administrador judicial o **Dr. Bernardo Bicalho de Alvarenga Mendes** (OAB/MG nº 80.990), administrador de empresas e advogado militante neste foro, com escritório à Av. Raja Gabaglia 4.055, Torre A, conj. 315, Belo Horizonte/MG, CEP 30.360-670, Tel. (31) 2552-5692, e-mail: [bernardo@bernardobicalho.adv.br](mailto:bernardo@bernardobicalho.adv.br), o qual deverá ter seu nome incluído no SISCOP, para efeito de intimação das publicações, e ser convocado para firmar termo de compromisso nos autos, em 48 (quarenta e oito) horas, caso aceite a nomeação, com imediata assunção de suas funções e deveres, observando-se as disposições previstas no artigo 22, I e II, da Lei nº 11.101/2005.

2) dispenso a sociedade devedora da apresentação de certidões negativas para o exercício de suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público e para o recebimento de benefícios e incentivos fiscais e creditícios;

3) ordeno a suspensão, pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação da presente decisão, de todas as ações e execuções contra a sociedade devedora, ressalvadas as ações previstas pelo artigo 6º, §§ 1º, 2º e 7º e pelo artigo 49, §§ 3º e 4º, da Lei nº 11.101/2005, conforme previsto no art. 6º, § 4º c/c art. 52, inciso III, da mesma Lei, **cabendo à requerente fazer a comunicação dessa suspensão aos juízos competentes;**

4) determino à devedora a apresentação de contas demonstrativas mensais, enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de







destituição de seus administradores, e também a apresentação do plano de recuperação no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente decisão, sob pena de convolação em falência, na forma dos artigos 53, 71 e 73, inciso II, da Lei nº 11.101/2005;

5) sejam intimados da presente decisão o Ministério Público e, por carta com A.R. as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, esta última de Patrocínio, município sede da empresa autora;

6) no prazo de 05 (cinco) dias, deverá a parte autora juntar aos autos a minuta do edital previsto no §1º, do artigo 52, da Lei 11.101/2005;

7) apresentada a minuta constante do item 6 supra, expeça-se edital com os requisitos do artigo 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005, devendo a devedora comprovar a sua publicação no diário oficial do Estado de Minas Gerais, em 10 (dez) dias;

8) oficiem-se aos Registros Públicos de Empresas (Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG), informando os termos da presente decisão;

9) sejam os credores intimados a apresentarem, **diretamente ao Administrador Judicial supra nomeado**, suas habilitações ou divergências, na fase administrativa de verificação de credores, nos termos do art. 7º, §1º da Lei 11.101/05;

10) determino a secretaria deste juízo que se abstenha de autuar habilitações e/ou divergências que porventura sejam erroneamente protocoladas pelos credores nestes autos e/ou em autos incidentais a





este, em vistas a evitar o sobrecarregamento do presente feito, atendendo assim os princípios da celeridade e economia processual, devendo, nesta hipótese, ser intimado o Administrador Judicial para que adote as medidas legais que lhe competem, ficando este, desde já, autorizado a proceder a(s) retirada(s) dos referidos documentos diretamente no balcão da secretaria deste juízo;

11) no que diz respeito aos pedidos liminares, considerando os Princípios da Preservação da Empresa, da Função Social e do Estímulo à Atividade Econômica, **defiro-os, suspendendo-se os efeitos dos protestos e negativas no Serasa, SPC, CCF e CADIN em nome da requerente e dos sócios (quando a dívida for em solidariedade com a autora), desde que os débitos estejam sob efeito da recuperação judicial, conforme acima exposto. Oficiem-se.**

12) defiro o pedido da Autora para que todas as publicações relativas a este processo sejam feitas em nome do Dr. César Rodrigo Nunes (OAB/SP 260.942), Tiago Aranha D'Alvia (OAB/SP 335.730) e Roberto Gomes Notari (OAB/SP 273.385), determinando à Secretaria deste Juízo que assim proceda.

Custas na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Patrocínio (MG), 12 de julho de 2016, em razão de excesso de trabalho ao qual não dei causa.

**PEDRO MARCOS BEGATTI**  
**Juiz de Direito**



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Justiça de Primeiro Grau

153

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

RECEBIMENTO

Em 13 de 07 de 16

recebi os presentes autos.

O(A) Escrivão(s)







PUBLICAÇÃO

Em seguida foi publicada em cartório a r. sentença de  
folhas 150-152.  
A Escrivã, \_\_\_\_\_.

# CERTIDÃO

Certifico haver registrado a r. sentença de  
folhas 150-152, sob o número 32, folhas 42-44, do  
livro próprio número 264.  
Patrocínio, 13 de 07 de 2016.  
A Escrivã, \_\_\_\_\_.

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

**CERTIDÃO - PUBLICAÇÃO**

Certifico e dou fé que a(o)

(X) sentença, 1.150/152

( ) despacho

☐ ato ordinário

foi disponibilizada(o) em 18/07/26 no

DJe/TJMG, considerando-se publicada(o) em

29/07/16, nos termos do art. 4º, § 1º,

§ 2º da Portaria Conjunta nº 119/2008.

39 de 07 de 16

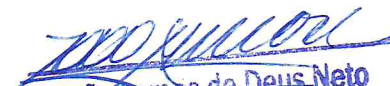
Q/A) Escrivão(a)



### CERTIDÃO

Certifico haver intimado o Ministério  
Público do r. despacho e/ou sentença  
de folhas 150-152  
Patrocínio, 20 de 07 de 16  
Esc. N

Ciente o Ministério Público.  
Patrocínio, 20/07/16

  
João Leônidas de Deus Neto  
Promotor de Justiça

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

### JUNTADA

Aos 25 de 07 de 16  
junto aos autos PERSONA

que se segue.

Para constar, lavra-se.

O(A) Escrivão(s) N